

0 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Carlos Maciel da Cunha

I – INTRODUÇÃO

Há muito tempo o ensino de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais vinha inquietando professores e alunos.

Captávamos a inquietação, sabendo que era resultado de uma frustração; constatávamos a ineficácia de um ensino sem endereços bem claros, sem a interação da coletividade discente/docente, mas não nos dispúnhamos – enquanto Comunidade – a elucidar o mecanismo de ordem mais geral que engendrava tais efeitos.

Em 1979, o Setor de Língua Portuguesa resolveu iniciar uma vasta reflexão em torno do assunto. Promoveram-se reuniões de alunos e professores, com sessões de leitura, debates, e foi realizada uma Semana de Estudos.

Dessas reuniões, dessas reflexões, resultaram algumas transformações em nossa prática pedagógica neste primeiro semestre de 1980.

O presente artigo se propõe relatar esse itinerário. Ressalto que se trata da minha versão da história, o que exime evidentemente meus colegas da obrigação de endossar tudo o que aqui escrevo.

II – A SEMANA DE ESTUDOS

1 – Resultado de reuniões e debates anteriores, a Semana de Estudos, realizada de 10 a 14 de dezembro de 1979, teve como objetivos:

a – Promover uma reflexão substantiva sobre a função da Faculdade de Letras no contexto universitário e comunitário. Historicamente as Faculdades de Letras foram criadas para serem os ápices das Universidades a que deveriam dar sentido, conferindo-lhes abrangência, universalidade e humanismo. Seria, pois, pertinente examinar os seguintes pontos:

– o papel da Faculdade de Letras: ela se propõe a alguma coisa? Se se propõe alguma coisa, o que faz na realidade?;

– a Faculdade de Letras como centro de integração universitária;

– a Faculdade de Letras e o Povo;

– a Faculdade de Letras como fonte de criatividade, mecanismo produtor de desalienação e de crítica das relações sociais;

– a Faculdade de Letras como centro de formação do trabalhador do ensino.

b – Refletir sobre o papel da Universidade como:

— local adequado para a produção do saber, através da criatividade, do debate e da crítica;

— meio possível de contraposição a todo imobilismo científico e social.

c — Projetar o futuro na perspectiva de novos tempos e de uma nova realidade brasileira, tentando responder às seguintes perguntas:

— a Educação pode ser neutra?

— que possibilidades e que urgências de engajamento aguardam decisões das Faculdade de Letras?

d — Definir a significação pedagógico-social do ensino de Língua Portuguesa:

— o que significa ensinar?

— como o ensino de Português, em nossa Faculdade, pode influir e ser influenciado pela realidade brasileira, mineira, belo-horizontina?

— que tipo de cidadão queremos formar?

e — Repensar o nosso ensino de Português em relação com o ensino de 1.º e 2.º Graus:

— em que medida os métodos de alfabetização (nível anterior ao 1.º Grau) se projetam na Faculdade?

— em que medida preparamos nosso aluno para seu trabalho concreto?

— em que medida há circulação de idéias e experiências entre os 3 Graus de ensino de Português?

2 — Para começar a alcançar tais objetivos, partimos da leitura e discussão de textos tais como *A Pedagogia do Oprimido e Conscientização. Teoria e Prática da Libertação* (de Paulo Freire); *Mutações em Educação segundo McLuhan* (de Lauro de Oliveira Lima); e *Uma Escola para o Povo* (de Maria Teresa Nidelcoff). *O Preâmbulo da Sintaxe Clássica Portuguesa* (de Cláudio Brandão) levou-nos a analisar o ponto de vista tradicional sobre língua Portuguesa. Finalmente, o artigo "A Universidade e a Sociedade Brasileira Atual" (de José Henrique dos Santos) foi o ponto de partida para uma reflexão sobre o papel da Universidade na verdadeira realidade brasileira.

III — METAS E OBJETIVOS

1 — Primeira necessidade: definir o que queremos. Distinguimos, pois, metas educacionais e objetivos específicos.

As metas educacionais (ou objetivos gerais) "responderão à pergunta: o que pretendemos? E definem horizontes, pontos de chegada, certamente inatingíveis em sua plenitude — porque representam ideais — mas que funcionam como endereços pelos quais optamos, para os quais decidimos caminhar, no infinito processo de ensinar-aprender.

Insistimos: as metas se apresentam de forma ampla, vaga, pois são pontos em direção aos quais se caminha através dos objetivos específicos.

Estes respondem à pergunta: o que fazer no dia-a-dia concreto para caminhar em direção às metas? Eles determinam pequenos passos na Travessia, na aventura da busca.

E, assim, poderíamos dizer que as metas estão para a Educação e a Pedagogia assim como os objetivos específicos estão para a Didática e a Metodologia". (Rosângela Borges Lima e Carlos Maciel da Cunha: *Guia Pedagógico e Metodológico para a Série Criatividade em Comunicação*. Belo Horizonte, Vigília, 1980, p. 16). Vejam-se as definições do Aurélio: Método: caminho para chegar a um fim; Pedagogia: teoria e ciência da educação e do ensino; estudo dos ideais de educação, segundo uma determinada concepção de vida...

2 — É evidente que a definição de metas e objetivos se relaciona com a visão do mundo, a filosofia básica, a opção educacional que se faz. Opção em situação: o Brasil é certamente um país subdesenvolvido (não obstante os bolsões de desenvolvimento), mas não necessariamente conformado com o sistema opressivo e repressivo cuja função é cultivar o próprio subdesenvolvimento.

3 — Em face disso, propusemo-nos quatro metas iniciais:

a — Conscientizar-nos de que a classe dos professores é, ao mesmo tempo, dominada e dominadora. Cada vez mais os professores vêem diminuída, menos-prezada, ameaçada e temida a sua função essencial; e, no entanto, continuam, na sua maioria, atrelados ao Sistema opressor, como meninos de recado, como extensão do braço policial-militar que vigia as ações, reações e a própria consciência da maioria esmagada do Povo brasileiro. Não temos sido mais do que reprodutores fiéis de uma ideologia com a qual nem sabemos se estamos, no fundo, de acordo.

b — Conscientizar-nos, conseqüentemente, de que nós, professores, vimos fazendo o jogo das classes opressoras em detrimento das classes oprimidas. A grande pergunta que se fez foi esta: em que medida o Povo brasileiro recebe alguma coisa de nós, em troca do que nos dá?

c — Encontrar maneiras, em nossa prática, de optar claramente pela causa dos oprimidos e não pela causa dos privilegiados. Em suma, definir uma pedagogia da libertação e do crescimento humanos.

d — Para isso, lutar constantemente, dentro e fora de nós mesmos, abrindo espaço ao espírito crítico entre professores, alunos e funcionários de nossa Faculdade, repensando dogmas, tradições, banindo esterótipos de ordem educacional e lingüística.

IV — UM VELHO ENSINO

Foi, então, uma boa ocasião para encetarmos a análise do ensino tradicional de Língua Portuguesa.

1 — Verificou-se, em primeiro lugar, que se trata de um ensino sem de-

finição prévia de metas educacionais. Não responde com densidade a perguntas fundamentais: por que ensinar português? por que tal texto? por que tal exercício? qual a relação de um passo com outro, de uma etapa com outra? como planejamos o processo pedagógico? como este processo decorre do sistema pelo qual optamos? que tipo de aluno queremos formar?

2 — Ao ensino tradicional tais perguntas não ocorrem porque se trata de um ensino fragmentado. Cada professor desenvolve um ensino isolado, segundo suas preferências ou segundo um programa desvinculado de compromisso com a realidade. Não faltam a tal ensino competência científica, boa vontade, seriedade. Mas falta-lhe globalidade que explique e justifique suas partes.

3 — Ensino fragmentado e repetitivo, feito de gestos mecânicos, automatizados desde os primeiros anos de escolaridade.

mos, à entrada da Faculdade, já cursou um mínimo de 10 anos de Língua Portuguesa (somando-se os 8 anos do 1º Grau e pelo menos 2 anos do 2º Grau). Os que optaram pelo Supletivo supõe-se que tenham cursado uma carga conteudística equivalente. Criou-se, ao longo desses anos, uma espécie de estrangulamento gramatical: os mesmos assuntos vieram sendo repisados nestes anos todos: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, uso da crase, flexão nominal e verbal, concordância, regência, análise sintática, formação de palavras, história da Língua, etc. E havia uma estranha concordância: professores e alunos faziam a mesma coisa todos os anos e resistiam a qualquer mudança. Chegando à Faculdade, a primeira aspiração do novato é ver de novo esta mesma "gramática" já vista por dez longos anos. Ora, 10 anos são mais do que suficientes para automatizar esse tipo de estruturas normativas. Duas perguntas se impõem:

a — Por que, com tempo suficiente e com material razoável, os alunos não "aprenderam" essa matéria tantas vezes repetida?

b — Por que, mesmo sem a ilusão de aprender — a experiência afinal ensina alguma coisa —, se insite no mesmo tipo de ensino?

Minha interpretação dos fatos — exposta durante a Semana — se resume nas duas respostas seguintes:

a — Os alunos não aprendem o que se repete durante 10 anos, graças ao funcionamento de uma forma de bom senso elementar, incrustado misteriosamente no cerne da pessoa humana, bom senso que seria a voz persistente de uma rebelião silenciosa: por que encher a cabeça com uma massa heterogênea de conhecimentos cuja instrumentalidade é discutível mesmo do ponto de vista instrucional e, sobretudo, do ponto de vista educacional? No fundo, mesmo sem saber expli-

citá-lo, nossos alunos continuam a preferir, com Montaigne, uma cabeça "bien faite" a uma cabeça "bien pleine" e lamentam com Cícero: "Obest plerumque iis, qui discere volunt, auctoritas eorum qui docent." (cf. Montaigne: *Essais*, I, XXVI e Cícero: *Da Natureza dos Deuses*, I, V) Em vista disso, seria conveniente repor em discussão a tão decantada queda do nível do ensino. **Queda em relação a quê?**

b – Insiste-se no mesmo ensino (o 1º se traduz por professores, diretores, inspetores, alunos, pais, etc) por três razões principais:

– porque é mais cômodo, não obrigando a nenhum esforço de transformação;

– porque é mais seguro, não envolvendo o risco da aventura, da descoberta, de nenhuma "subversão";

– porque, esvaziada a escola, por uma decisão diluída, mas consciente do Sistema, só resta esperar dela o que ela realmente pode dar: o instrumento de ascensão social e de status, quero dizer, o diploma.

V – AS REFORMAS

Analizamos também as várias reformulações programáticas e metodológicas que têm acontecido, sobretudo na esteira de reformas governamentais do ensino.

Essas reformas incorrem, a nosso ver, em um vício fundamental: partem todas do postulado de que a desorientação do ensino se origina de um descaminho didático ou metodológico. Em outras palavras, acredita-se comumente que, reformando-se os métodos, os currículos, os programas, melhora-se o ensino. Isto é apenas um aspecto da hipocrisia das reformas brasileiras: são reformas nominalistas; para não ter que tocar no essencial, faz-se a concessão de mudar o nome. A tal ponto que poderíamos definir a educação nacional como a arte de cuidar minuciosamente do acessório para não ter que cuidar do essencial. Na verdade, o erro das várias reformas do nosso ensino de Português tem sido de essência: evita-se repensar a filosofia, a concepção educacional, a visão de mundo que subjazem à práxis. Antes de determinar a metodologia, isto é, o caminho a seguir, é elementar optar pelo endereço.

VI – PRIMEIRAS MEDIDAS

Feitas essas reflexões, podemos tomar as nossas primeiras resoluções.

Ei-las:

1 – Explicitar os fundamentos de nosso ensino:

a – fundamentos humanos: que filosofia, que visão do mundo, que psicologia, que ideal social subjaz à nossa atividade pedagógica?

b – fundamentos lingüístico: que teoria da língua sustenta as nossas propostas docentes?

c – fundamentos pedagógicos: quais as nossas metas?

d – fundamentos metodológicos: quais os objetivos imediatos – de cada aula, de cada exercício – e como eles se relacionam com as metas?

2 – Desfragmentar o ensino, fazendo convergir conteúdos programáticos para a realização de objetivos e metas.

3 – Divulgar, o mais amplamente possível, na Comunidade universitária, nossas reflexões, nossas propostas e nossos projetos, a fim de que o novo ensino se venha corporificando a partir das bases. Não pretendemos outorgar um ensino, mas apenas, no que nos cabe, abrir espaço para que nasça algum processo de ensino-aprendizagem efetivamente mais coerente com as urgências de nosso país.

4 – Respeitar, na prática, os nomes e rótulos habituais – nomes de disciplinas, carga horária, etc. – já que mudanças nesse sentido – se possível – requereriam uma longa tramitação burocrática, uma perda do precioso tempo e um embuste: seria mais uma reforma nominal que nada reformaria. Livres dessas preocupações, devemos concentrar todo o nosso esforço em preencher de modo novo velhos moldes.

5 – Assegurar cuidadosamente, em nossos programas, a distinção entre educação e treinamento. A confusão entre os dois conceitos, que se vem criando em nosso país com fins visivelmente massificadores, tangencia com o problema tecnologia versus humanismo e tende certamente a eliminar a reflexão e o espírito crítico, em proveito de uma didática instrucional para o sucesso.

6 – Ampliar o elenco de itens de nossos programas, introduzindo:

– elementos de comunicação humana;

– elementos dos meios de comunicação de massa;

– atividades que permitam e estimulem um contato direto com a realidade, de modo que a Faculdade não seja o parêntese acadêmico que deixa o mundo de fora;

– atividades que permitam a preparação didática para o ensino de Língua Portuguesa.

7 – Concentrar todos os itens em quatro títulos de modo a tornar possível um tratamento intensivo dos temas.

8 – Eis como uma carta-convocação do Setor resume essas resoluções.

“Em linhas gerais, com a reestruturação dos programas, orientada por essas reflexões, pretendemos:

a – aproximar o ensino de Língua Portuguesa da realidade histórico-social em que vivemos;

- b – enfatizar aspectos do conteúdo programático que serão mais utilizados na prática profissional;
 - c – dar ênfase a itens programáticos nos quais os alunos têm demonstrado maior índice de defasagem;
 - d – explicitar uma metodologia de trabalho em Língua Portuguesa que seja exequível no ensino médio;
 - e – preparar o aluno, com treinamento intensivo nas áreas de compreensão/interpretação de texto, redação, expressão oral e gramática, para cursar aquelas disciplinas do seu currículo, as quais pressupõem o conhecimento real da língua.
- “(UFMG—FALE—Departamento de Letras Vernáculas – Setor de Língua Portuguesa. Em 13 de março de 1980)

VII – PRODUÇÃO DE MATERIAL

1 – Determinou-se, pois, que o nosso trabalho, nos semestres iniciais, se concentraria em quatro títulos:

- Explicação de Textos (E.T.)
- Expressão Oral (E.O.)
- Expressão Escrita (E.E.)
- Gramática (G.)

2 – Para a elaboração desse material criaram-se quatro equipes e mais uma equipe central, destinada a coordenar as equipes de produção.

3 – Combinaram-se alguns pontos de consenso relativos ao conteúdo de cada título:

- a – Em E.T.
 - O E. T. deve partir de textos que sejam:
 - atuais (tirados especialmente dos meios de comunicação de massa e engajados nas contradições da realidade brasileira contemporânea);
 - estruturalmente sintomáticos, de modo a permitir um estudo mais fácil de sua construção.
 - No E.T se dará especial enfoque:
 - ao estudo do vocabulário: sinônimos, antônimos, homônios, cognatos, palavras polissêmicas, campos semânticos;
 - à análise de pormenores significativos na tessitura do texto, vale dizer, no sistema do texto;
 - à divisão e subdivisão do texto e à titulação de suas partes e subpartes;
 - às conclusões e debates que o texto pode suscitar.

b – em E.O.:

- Dar especial destaque à leitura oral e ao ouvir: uma leitura clara,

coerente, expressiva e um ouvir analítico, sintético e crítico.

Para isso, devemos trabalhar:

- a dicção: pronúncia clara;
 - o ritmo: jogo de velocidade e de pausas;
 - a entonação: melodia da frase.
- Em seqüência, devemos cuidar também da expressividade que, além dos elementos indicados acima, inclui:
- postura corporal
 - expressão fisonômica;
 - gestos;
 - qualidade de voz;
 - procedimentos de ênfase.
- E, assim, podemos realizar, dentro de nossos limites, pequenas experiências de:
- leitura dramatizada;
 - coro falado;
 - recitação;
 - encenação;
 - criação de texto.
- c – Em E.E.:
- A idéia geral é apreender o processo de redigir dos alunos e trabalhar dentro dele. Por isso, dão-se e corrigem-se numerosas redações. Os títulos prendem-se sempre a atividades já desempenhadas ou à realidade concreta: greves, movimentos sociais, necessidades do Povo, etc. Entende-se por correção a recolocação na rota e não punição. Algumas redações são corrigidas coletivamente. Outras fornecem material para correção de períodos ou de paragrafação.
 - Assim, damos mais ênfase, nesta primeira etapa:
 - à construção de períodos;
 - à coerência na paragrafação;
 - à organização (coerência e relevância) de idéias.

Contamos também com um serviço de apoio em E.E., prestado pelos Cursos Não-Formais de Redação.

d – Em G.:

Conteúdos a serem desenvolvidos:

- vários sentidos do termo gramática;
- padrões dialetais: variantes de dialeto;
- padrões situacionais: registros
- sistema ortográfico;
- morfologia;
- leitura de pelo menos uma gramática

VIII – CURSOS LIVRES

Pensamos que a camisa-de-força da estrutura curricular e administrativa das escolas superiores tem que ser rompida de alguma maneira, não só para a eficiência do nosso trabalho didático, mas também para a ocupação frutífera dos espaços ociosos de nosso funcionamento.

Imaginamos, então:

– Cursos Livres em que seriam tratados temas de Língua Portuguesa que atendessem a necessidades e preferências de nossos estudantes, bem como de outras pessoas interessadas da Comunidade.

O primeiro desses cursos a ser programado é o Estudo de Manuais Didáticos adotados em nossas escolas de 1^o e 2^o Graus. É curioso – e até sintomático – que as Faculdades de Letras, que formam prioritariamente professores de 1^o e 2^o Graus, de modo geral não se preocupem com a análise dos manuais que os futuros professores vão utilizar. Tal atitude de omissão é gravíssima, uma vez que os manuais didáticos costumam veicular coisas altamente nocivas à formação dos alunos, por exemplo:

- uma doutrina lingüística não raro inconsistente, duvidosa;
- a distribuição maniqueísta do Universo entre o Bem e o Mal;
- uma noção de autoridade arbitrária;
- a visão de um mundo unificado artificialmente em torno de dogmas favoráveis às classes dominantes;
- valores éticos – e mesmo estéticos – fundados no sucesso, que é muitas vezes a tradução em termos educacionais da teoria do lucro e da acumulação do sistema capitalista.
- Outros Cursos Livres poderiam também atender a necessidades específicas de outras classes sociais: mães de família, funcionários, operários, etc.
- Voltando-se para as camadas mais humildes da população, por que não fazer funcionar, em favor delas, as potencialidades materiais, intelectuais e emocionais de uma Faculdade? Assim, começamos a conceber a idéia de preencher os espaços vagos com a instalação de um colégio destinado aos pobres de nossa capital.

IX – APLICAÇÃO ATÉ AGORA E PERSPECTIVAS

Iniciamos a aplicação da reforma em março deste ano e para este semestre estão funcionando as seguintes convenções:

1 – Abrangência da reforma: Ciclo Básico, II^o e III^o períodos.

2 – Terminologia:

Módulo: conjunto programático constituído de quatro títulos (E.T., E.O., E.E., G.).

Encontro: Conjunto de duas aulas (geminadas).

3 – Funcionamento:

a – Cada módulo está sendo ministrado em 4 encontros.

b – Previmos para o semestre 7 módulos, com datas determinadas.

c – Após a execução de cada módulo – portanto de 15 em 15 dias, mais ou menos – há uma reunião do Setor – para o qual os alunos são convidados – com fim de avaliar o trabalho e efetuar eventuais correções de rota.

d – As avaliações estão sendo feitas da seguinte maneira:

– 50% dos pontos estão sendo distribuídos de acordo com trabalhos e exercícios dados pelo professor.

50%, de acordo com provas planejadas pelo Setor.

e – Cada professor poderá determinar para sua turma métodos de trabalho e de controle: chamada, marcação de tarefas além das previstas pelo Setor, organização de grupos, etc.

f – O Módulo VII – previsto para o período de 19 a 27 de junho – se comporá dos seguintes itens:

– Avaliação do conteúdo programático;

– Reuniões do Setor para se discutir o trabalho do semestre;

– Reuniões de professores e alunos para discutirem as avaliações de conteúdo, o trabalho do semestre e a programação do semestre seguinte.

g – O nosso trabalho tem contado com a inestimável ajuda dos monitores dos Cursos Não-Formais de Redação. Cada professor é ajudado por um monitor em tarefas de correção, preparação de material, anotações burocráticas, etc.

4 – Perspectivas:

a – O que notamos até agora de mais urgente é a necessidade de definir com maior precisão a matéria total de que deveria constar um curso superior de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à teoria gramatical.

b – Essa definição nos permitirá ampliar a reforma, a partir do próximo semestre, programando-a de uma maneira mais global e mais coerente.

X – CONCLUSÕES

Até agora, creio poder tirar do nosso trabalho as seguintes conclusões:

1 – Estamos dando sentido à nossa profissão, aprendendo o confronto de opiniões e o enfrentamento de uma dura realidade pedagógica, na qual o professor, desamparado e temido ao mesmo tempo, tem dificuldade de discernir para onde caminhar.

2 – Por isso é que demos um passo fundamental, dispendo-nos a errar, único caminho para acertar. E temos colocado nisso – na busca do acerto – uma verdadeira paixão, sem a qual não há criação. Pela primeira vez, creio eu, a nossa

Faculdade elevou o coração à altura do cérebro acadêmico, não para se lamentar, mas para agir.

3 — Coisa incrível de que não estávamos bem conscientes na prática: não se fixaram ainda uma pedagogia e uma metodologia específicas para o ensino de Língua Materna no 3º Grau. Nossa prática tem tendido, a partir de março, a delimitar esse campo. Não é que tenhamos chegado; apenas temos consciência de que começamos a andar.

4 — Sendo assim, torna-se iminente a ruptura daquele estrangulamento de que falei no início deste artigo: não estamos mais dispostos a repetir velhas receitas de maneira inconsciente; perdemos o conforto do dogma e fizemos um “mau” negócio: nosso salário começa a ser ganho em troca de uma tremenda angústia e não em troca de uma sábia repetição, ensaiada durante anos e anos.

5 — Estamos, com isso, tentando encaminhar mais uma vez a questão da especificidade de uma Faculdade de Letras. Nosso ensino começa a exigir respostas a perguntas elementares:

— Porque ensinar Língua Portuguesa?

— O que estamos fazendo não poderia ser feito com maior eficiência por institutos especializados?

Minha resposta inicial, a ser complementada com a mais profunda reflexão, é a seguinte: só o ensinar Português não é específico de uma Faculdade. O que é específico de uma Faculdade de Letras é informar esse ensino com uma consciência; é armar o aluno para o uso humano da Palavra Humana; é capacitá-lo para desmistificar a Palavra do Poder.

6 — Não creio que, num país como o nosso, uma Faculdade de Letras tenha sentido, se viver alheia ao Pacto Social. No mínimo, ela deve alguma coisa à Comunidade que a mantém. Essa idéia tem informado a nossa prática pedagógica — essa é a nossa contribuição principal: uma Esperança.